

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

07 a 11 de dezembro de 2020



Hoje chegamos a 1000 dias sem respostas sobre quem mandou matar Marielle e Anderson. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro amanheceu com a lembrança em formato de despertadores. O Instituto Marielle Franco, dirigido pela família, fez a convocatória pelas redes e clama para que as mulheres negras não sejam vítimas da violência política. Talíria Petrone, deputada da Frente Parlamentar Feminista Antirracista, é uma das que vem sofrendo ameaças constantes nos últimos meses.

As eleições terminaram e agora começa o jogo de xadrez para a escolha das presidências de Câmara e Senado. O STF já decidiu que a reeleição de Maia e Alcolumbre é inconstitucional. O Planalto já negocia a todo o vapor cargos e benesses para emplacar um nome ainda mais alinhado ao presidente. O Congresso só agora deve discutir a LDO (o que em tempos normais acontece no meio do ano) e vai fazer um pequeno recesso entre natal e ano novo. Os trabalhos voltam, ainda remotamente, em meados de janeiro.

O Ministério da Educação informou que vai revogar a Portaria nº 1.030/2020, que obrigava o retorno às aulas nas universidades. Depois de uma enorme reação contrária à medida, o MEC vai abrir uma consulta pública antes de tomar nova decisão. No Supremo Tribunal Federal o ministro Dias Toffoli suspendeu a eficácia do Decreto 10.502/2020, que Institui a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, tão criticada pelos movimentos de pessoas com deficiência.

Na Câmara, o PL 7223/2006 agora tem relator. Apesar de ser um Pacote de Segurança Pública, o tema do aborto está inserido no debate. Para este Radar, preparamos uma lista dos PLs que andaram e que incluem temas do nosso interesse. Enquanto isso a pandemia continua novamente em crescimento e matando pessoas, já são mais de 6 milhões e 600 mil pessoas contaminadas e caminhamos rapidamente para ultrapassar 180 mil mortes. O governo continua, com sua inoperância, contribuindo para que o quadro continue se agravando. Estoques de testes sem distribuição e falta de planejamento para termos com rapidez a população vacinada quando da aprovação de vacinas são só os exemplos mais recentes. Também há conflitos com o Governo de São Paulo, que anunciou início da vacinação em Janeiro.

PROPOSTAS APROVADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Crime de denúncia caluniosa

Um dos nomes cotados para a presidência da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP/AL) teve o seu [PL 2810/2020](#) aprovado. O projeto altera o Código Penal para dar nova redação ao crime de denúncia caluniosa. A matéria agora vai à sanção presidencial.

Medida Provisória que Institui o Programa Casa Verde e Amarela

A polêmica MP 996/2020 sofreu modificações, o texto aprovado é substitutivo do relatório do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). Também foi aprovada a [emenda de redação nº 1](#). A matéria vai ao Senado Federal. Como afirmamos no início desse ano, o Programa é mais um passo na precarização das relações de trabalho.

PROPOSTAS EM ANDAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL

O funcionamento remoto imposto pela Pandemia fez com que muitas proposições não andassem ao longo desse ano. No entanto, parece que a Mesa quer agilizar a organização dos projetos antes do ano acabar. E há projetos de nosso interesse nesse conjunto.

Algumas propostas que monitoramos tiveram andamento na Câmara, entre elas: o [PL 7223/2006](#), que trata do Pacote de Segurança Pública. Foi designado como relator o deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). A proposta é originária do Senado Federal e, entre as 70 propostas apensadas, algumas tratam do chamado crime contra a vida, estando, portanto o debate sobre o aborto inserido na discussão.

O [PL 3297/2020](#), de autoria do deputado Junio Amaral (PSL/MG), que veda a progressão de regime durante estado de calamidade pública para condenado por crime hediondo ou equiparado, por integrar organização criminosa ou por prática de crime violento, salvo quando praticado em excesso de legítima defesa, foi apensado ao [PL 6333/2019](#). Ambos estão apensados ao PL 7223/2006, acima citado.

PROPOSTAS EM ANDAMENTO

NO CONGRESSO NACIONAL

O [PL 2885/2020](#), que dispõe sobre licença paternidade foi apensado ao [PL 3935/2008](#), que trata do mesmo tema. Com mais esta são 81 proposições tramitando em conjunto.

O [PL 2993/2020](#), de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que autoriza todas as Unidades de Saúde do Município a realizarem o exame corpo de delito em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência foi apensado ao [PL 8931/2017](#), que trata da prioridade de atendimento para pessoas vítimas de violência sexual; este último, por sua vez, está apensado ao [PL 6022/2013](#), que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, que tramita com 9 propostas apensadas a ele.

O [PL 3168/2020](#), de autoria do deputado Daniel Silveira (PSL/RJ), que veda o desenvolvimento de atividades político-partidárias no âmbito das instituições públicas de educação superior, foi apensado ao [PL 9957/2018](#), que “proíbe a doutrinação nas escolas”, que por sua vez está apensado ao [PL 7180/2014](#), de autoria do deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, e adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Tramitam 22 propostas apensadas a este.

O [PL 3407/2020](#), de autoria do deputado Enéias Reis (PSL/MG), que acrescenta parágrafo à Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para que a recusa de instituição religiosa em efetuar casamento homoafetivo em desacordo com suas crenças não seja penalizado, foi apensado ao [PL 6314/2005](#), que exclui o crime de injúria e difamação quando for a opinião de professor ou ministro religioso. Quinze propostas tramitam apensadas.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta possibilita transplante e tratamento com o uso de órgãos de fetos com anencefalia

O [PL 5329/2020](#), de autoria do deputado Severino Pessoa (REPUBLIC/AL), altera a Lei que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento", para especificar a possibilidade do uso de órgãos de fetos anencéfalos e determinar assistência psicológica para os pais ou responsáveis legais.

Urgência para proposta que trata da violência política contra as mulheres e para a que tipifica a mutilação genital feminina

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), apresentou vários requerimentos de urgência, entre eles: [REQ 2817/2020](#), para a apreciação do [PL 4963/2020](#), que estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra mulheres ou em razão de gênero; [REQ 2816/2020](#), para a apreciação do [PL 3344/2015](#), que altera o Código Penal para tipificar a mutilação genital feminina como crime de lesão corporal gravíssima; [REQ 2824/2020](#), para a apreciação do [PL 5096/2020](#) que altera o Código de Processo Penal para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual; e [REQ 2825/2020](#), para a apreciação do [PL 5091/2020](#), que tipifica o crime de violência institucional. Dorinha Seabra é líder da Bancada Feminina na Câmara.

Proposta amplia a licença maternidade

[PL 5373/2020](#), de autoria do deputado Jorge Goetten (PL/SC), altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei que dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social, para permitir a ampliação da licença-maternidade para duzentos e quarenta dias.

Reserva de vaga para mulheres em empresas de construção civil

[PL 5358/2020](#), de autoria do deputado Juninho do Pneu (DEM/RJ), institui reserva de vagas para as mulheres ocuparem nos postos de trabalho operacional das empresas de construção civil.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

O assassinato de João Alberto por seguranças do Carrefour continua produzindo propostas

PL 5303/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PV/CE), modifica a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para responsabilizar pessoas, sócios administradores e gerentes por atos de discriminação ocorridos durante a realização de sua atividade empresarial.

REQ 2812/2020, da deputada Maria do Rosário (PT/RS), requer a urgência e votação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, Tratados ou Atos Internacionais nº 861, de 2017.

Mais uma investida contra as populações indígenas

PL 5386/2020, de autoria do deputado Nelson Barbudo (PSL/MT), dispõe sobre o direito de realocação de não índios ocupantes de terras tradicionalmente ocupadas por índios.

E seguem as investidas do governo contra populações e meio-ambiente

PDL 520/2020 de autoria do deputado João Daniel (PT/SE), susta os efeitos da Portaria que “Institui o Programa Titula Brasil e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação”. Segundo o autor, “além de contribuir para legitimar ilegalidades e incentivar grileiros na promoção à iniquidade acerca da distribuição de terras, com consequências danosas ao Meio Ambiente e que ferem acordos e tratados assumidos internacionalmente pelo Brasil”.

A igreja acima da lei e do vírus

PL 5322/2020, de autoria do deputado Heitor Freire (PSL/CE), exclui os templos religiosos das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus. Nem parece que eventos religiosos contribuíram para a propagação do vírus em diversos países do mundo, como qualquer aglomeração.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Requerimentos solicitam informações ao governo sobre o monitoramento de jornalistas, parlamentares e influenciadores

RIC 1591/2020, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), requer ao Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES, informações relativas a ato ilegal e lesivo à ordem democrática referente ao monitoramento, com dinheiro público, de parlamentares, jornalistas e influenciadores.

Requerimentos semelhantes foram apresentados ao ministro das Comunicações (RIC 1594/2020), da Ciência Tecnologia e Inovação (RIC 1592/2020), ao ministro-chefe da Secretaria de Governo (RIC 1590/2020) e ministro do Gabinete de Segurança Institucional (RIC 1593/2020).

Deputada do PSL preocupada com a norma culta

PL 5385/2020, de autoria da deputada Caroline de Toni (PSL/SC), estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes brasileiros ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

VALE A PENA CONFERIR!



Época/Globo

Grupo antiaborto pagou viagem de secretária de Damares à Polônia



Agência Pública

Entrevista com Flávia Biroli: Vitória da direita tradicional pode dar novo corpo ao Bolsonarismo, avalia cientista política



Revista Piauí

“MAMADEIRA DE PIROCA” VERSÃO 2020 - Monitoramento em oito capitais mostra como candidatos conservadores acusaram adversários usando “ideologia de gênero”.



Revista Rosa

Roda da Rosa #12 - Eleições municipais: há razões para a esquerda celebrar?



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.